



Estratégia

Carreira Jurídica

1º SIMULADO

PCPA

POLÍCIA



CIVIL

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PCPA para Delegado.
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 – O caderno de questões comentado estará disponível na área do aluno.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PCPA-Delegado-21-06>

Cartão de Respostas							
1		21		41		61	
2		22		42		62	
3		23		43		63	
4		24		44		64	
5		25		45		65	
6		26		46		66	
7		27		47		67	
8		28		48		68	
9		29		49		69	
10		30		50		70	
11		31		51		71	
12		32		52		72	
13		33		53		73	
14		34		54		74	
15		35		55		75	
16		36		56		76	
17		37		57		77	
18		38		58		78	
19		39		59		79	
20		40		60		80	

PROVA OBJETIVA**LINGUA PORTUGUESA****Décio Terror****A Velha Contrabandista**

Diz que era uma velhinha que sabia andar de lambreta. Todo dia ela passava pela fronteira montada na lambreta, com um bruto saco atrás da lambreta. O pessoal da Alfândega – tudo malandro velho – começou a desconfiar da velhinha.

Um dia, quando ela vinha na lambreta com o saco atrás, o fiscal da Alfândega mandou ela parar. A velhinha parou e então o fiscal perguntou assim pra ela:

– Escuta aqui, vovozinha, a senhora passa por aqui todo dia, com esse saco aí atrás. Que diabo a senhora leva nesse saco?

A velhinha sorriu com os poucos dentes que lhe restavam e mais outros, que ela adquirira no odontólogo, e respondeu:

– É areia!

Aí quem sorriu foi o fiscal. Achou que não era areia nenhuma e mandou a velhinha saltar da lambreta para examinar o saco. A velhinha saltou, o fiscal esvaziou o saco e dentro só tinha areia. Muito encabulado, ordenou à velhinha que fosse em frente. Ela montou na lambreta e foi embora, com o saco de areia atrás.

Mas o fiscal desconfiado ainda. Talvez a velhinha passasse um dia com areia e no outro com muamba, dentro daquele maldito saco. No dia seguinte, quando ela passou na lambreta com o saco atrás, o fiscal mandou parar outra vez. Perguntou o que é que ela levava no saco e ela respondeu que era areia, uai! O fiscal examinou e era mesmo. Durante um mês seguido o fiscal interceptou a velhinha e, todas as vezes, o que ela levava no saco era areia.

Diz que foi aí que o fiscal se chateou:

– Olha, vovozinha, eu sou fiscal de alfândega com 40 anos de serviço. Manjo essa coisa de contrabando pra burro. Ninguém me tira da cabeça que a senhora é contrabandista.

– Mas no saco só tem areia! – insistiu a velhinha. E já ia tocar a lambreta, quando o fiscal propôs:

– Eu prometo à senhora que deixo a senhora passar. Não dou parte, não apreendo, não conto nada a ninguém, mas a senhora vai me dizer: qual é o contrabando que a senhora está passando por aqui todos os dias?

– O senhor promete que não "espáia"? – quis saber a velhinha.

– Juro – respondeu o fiscal.

– É lambreta.

Stanislaw Ponte Preta

01. A intenção comunicativa do texto é:

- a) criticar a conduta do fiscal na conduta com a velhinha.
- b) provocar riso com uma história leve e bem-humorada.
- c) mostrar que senhoras idosas também são potencialmente violentas.
- d) surpreender o leitor com uma ação virtuosa da velhinha.
- e) narrar a conduta beneplácita do fiscal perante a senhora.

02. Uma das características da crônica é a utilização de linguagem simples e informal, como se observa no seguinte trecho do texto:

- a) “E já ia tocar a lambreta, quando o fiscal propôs”
- b) “Muito encabulado, ordenou à velhinha que fosse em frente.”
- c) “No dia seguinte, quando ela passou na lambreta com o saco atrás, o fiscal mandou parar outra vez.”
- d) “Perguntou o que é que ela levava no saco e ela respondeu que era areia”
- e) “Manjo essa coisa de contrabando pra burro.”

03. O primeiro verbo do texto (“Diz”) está sendo empregado:

- a) com sujeito determinado, que é “lambreta”.
- b) com sujeito oracional, iniciado pela palavra “que”: que era uma velhinha.
- c) categorizando a oração como sem sujeito.
- d) indeterminando o agente
- e) com o mesmo sujeito do verbo seguinte (“sabia”).

04. No período “– Escuta aqui, vovozinha, a senhora passa por aqui todo dia, com esse saco aí atrás. Que diabo a senhora leva nesse saco?”, o termo “vovozinha” está separado por dupla vírgula por ser:

- a) predicativo
- b) aposto explicativo
- c) vocativo
- d) adjunto adnominal
- e) interjeição

05. Marque a alternativa que apresenta o valor da palavra “que” diferente das demais:

- a) “Diz **que** era uma velhinha que sabia andar de lambreta.”
- b) “Achou **que** não era areia nenhuma e mandou a velhinha saltar da lambreta para examinar o saco.”
- c) “Muito encabulado, ordenou à velhinha **que** fosse em frente.”
- d) “Perguntou o que é **que** ela levava no saco...”
- e) “...e ela respondeu **que** era areia, uai!”

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

06. Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) o princípio da eficiência não possui aplicação prática e direta no ordenamento jurídico, tendo em vista que é um conceito jurídico indeterminado e não possui regulamentação legislativa, não sendo possível anular um ato administrativo por violação direta a este princípio.
- b) O princípio da impessoalidade se relaciona apenas com a vedação à atuação do agente buscando beneficiar ou prejudicar terceiros ou a si próprio.
- c) a nomeação de irmão da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na Administração Pública do Estado viola a Constituição Federal.

d) considerando que a vedação ao nepotismo não se aplica aos cargos políticos, é possível a nomeação da esposa do prefeito para o cargo de secretária de saúde do Município, ainda que condenada por improbidade administrativa com sentença transitada em julgado.

e) de acordo com o princípio da segurança jurídica, a Administração Pública apenas poderá anular os seus próprios atos que produzam efeitos favoráveis ao administrado dentro do prazo decadencial de 5 anos.

07. No que se refere à organização administrativa, assinale a alternativa correta

- a) A descentralização consiste na execução de tarefas administrativas pelo próprio Estado, por meio de órgãos internos e integrantes da administração pública direta.
- b) Na administração pública, desconcentrar significa atribuir competências a órgãos de uma mesma entidade administrativa.
- c) A diferença preponderante entre os institutos da descentralização e da desconcentração é que, no primeiro, há vínculo hierárquico e, no segundo, esse vínculo não permanece.
- d) órgãos públicos são unidades de atuação administrativa, com personalidade jurídica, ordenados para a consecução de uma predeterminada atribuição no âmbito da Administração Pública.
- e) as autarquias estaduais estão desobrigadas de licitar a contratação de obras, serviços, compras e alienações.

08. Relativamente ao poder de polícia, assinale a alternativa correta

- a) O poder de polícia é indelegável.
- b) A polícia administrativa propõe-se a restringir o exercício de atividades ilícitas e, em regra, tem caráter repressivo.
- c) São características do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade, sendo este último a característica que permite a execução direta, imediata e forçada, sem a necessidade de prévia autorização do Poder Judiciário.

d) a decretação do estado de sítio permite a extensão excepcional do poder de polícia, com possibilidade de restrições aos direitos de reunião, à liberdade de imprensa e à própria inviolabilidade de domicílio.

e) as medidas necessárias ao exercício do poder de polícia dependem, em regra, da intervenção do Poder Judiciário, não podendo a Administração agir diretamente na sua execução.

09. A polícia administrativa e a polícia judiciária possuem diferenças fundamentais na ordem jurídica nacional. Quanto a essas diferenças, assinale a alternativa correta:

a) O poder de polícia é exercido única e exclusivamente por órgãos taxativamente definidos pelo ordenamento jurídico, enquanto a polícia judiciária pode ser exercida por diversos órgãos administrativos de forma geral.

b) No ordenamento jurídico brasileiro, não existem órgãos com atribuição para o exercício do poder de polícia administrativa e da polícia judiciária ao mesmo tempo.

c) O poder de polícia administrativo incide sobre pessoas, sancionando aqueles que descumprirem as normas administrativas

d) A atividade de polícia judiciária é um fim em si mesmo, se exaurindo com o seu próprio exercício, tendo em vista que não consiste em um instrumento para uma outra atividade.

e) A polícia administrativa atua de forma predominantemente preventiva, embora possa atuar de forma repressiva quando verificados ilícitos administrativos. Já a polícia judiciária atua de forma repressiva.

10. O secretário de segurança pública do Estado Delta removeu, de ofício, um delegado lotado em uma delegacia especializada na capital para uma nova lotação no interior do Estado. Apurou-se que a motivação do secretário era trocar o delegado responsável por um determinado inquérito policial. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O ato de remoção é nulo por abuso de poder, na modalidade desvio de poder, devendo ter a

sua nulidade declarada pela própria Administração Pública, no exercício da autotutela, ou ser anulado pelo Poder Judiciário, quando provocado.

b) O ato poderá ser revogado pelo Poder Judiciário em razão da nulidade por abuso de direito do secretário municipal.

c) O ato de remoção é nulo por abuso de poder, na modalidade excesso de poder, devendo ter a sua nulidade declarada pela própria Administração Pública, no exercício da autotutela, ou ser anulado pelo Poder Judiciário, quando provocado.

d) O ato é válido, tendo em vista que cabe à autoridade competente promover a remoção de ofício para adequação do serviço.

e) O ato é nulo por desvio de poder, tendo em vista que a autoridade que promoveu a remoção de ofício não possuía competência para praticar o ato.

11. Com relação aos elementos e aos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta

a) a competência, o objeto e a tipicidade são elementos do ato administrativo.

b) Os elementos do ato administrativo são: a competência, a forma, a finalidade, o objeto e a motivação.

c) A competência e o objeto são os elementos do ato administrativo que podem ser vinculados ou discricionários.

d) O atributo da tipicidade estabelece que o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados

e) A imperatividade é o atributo que permite a execução direta, imediata e forçada, sem a necessidade de prévia autorização do Poder Judiciário, de um ato administrativo.

12. Em relação ao tema da extinção e convalidação dos atos administrativos, é possível afirmar que

a) A anulação de ato administrativo fundamenta-se na ilegalidade do ato, enquanto a revogação funciona como uma espécie de

sanção para aqueles que deixaram de cumprir as condições determinadas pelo ato.

b) Se um ato administrativo é realizado com motivo de fato inexistente, mesmo que exista motivação, ele é considerado ilícito com base na teoria dos motivos determinantes.

c) A cassação de um ato administrativo corresponde a extingui-lo em razão da sua incompatibilidade material com ato administrativo posterior.

d) Tanto a anulação como a revogação retiram do mundo jurídico atos com defeitos e produzem efeitos prospectivos.

e) Ato administrativo vinculado que tenha vício de competência exclusiva poderá ser convalidado por meio de ratificação.

13. Alfredo, agente público do Estado Alfa, foi processado criminalmente após denúncia de cometimento de crime previsto no Código Penal. Após o devido processo legal, foi absolvido por falta de provas. Neste caso, havendo também processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a alternativa correta

a) Alfredo poderá sofrer pena de demissão na esfera administrativa, independentemente da absolvição na esfera criminal.

b) Não é possível a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar, devidamente autorizada na esfera criminal.

c) O processo administrativo disciplinar deverá ser julgado improcedente, tendo em vista a absolvição na esfera penal.

d) O processo administrativo disciplinar será nulo se Alfredo não for representado por advogado.

e) Se a autoridade competente, ao julgar o PAD, alterar a capitulação legal imputada a Alfredo, o PAD será nulo.

14. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) assinale a alternativa correta

a) Se o agente público for detentor de foro especial por prerrogativa de função, este deverá ser respeitado na ação por improbidade

administrativa, não sendo viável o processo e o julgamento na primeira instância.

b) Configura bis in idem a condenação por meio de sentença cível em ação civil pública de improbidade administrativa e a condenação administrativa imposta pelo TCU pelo mesmo fato.

c) A sanção de suspensão dos direitos políticos pode ser executada provisoriamente

d) O Presidente da República, os Ministros de Estado e os Ministros do STF não estão sujeitos à lei de improbidade administrativa, uma vez que se sujeitam a um regime de responsabilidade político-administrativa específico.

e) A aplicação da sanção de perda da função pública depende do trânsito em julgado da sentença condenatória.

15. Sobre a responsabilidade civil do Estado, responda

a) O particular que sofrer um dano decorrente da atuação da Administração Pública, poderá propor ação de reparação do dano em face do Ente Público e do agente público que praticou o ato em litisconsórcio passivo.

b) De acordo com a teoria do risco integral, o Estado responde objetivamente pelos danos causados pelos seus agentes atuando nesta qualidade, mas poderá alegar causas excludentes da responsabilidade para se eximir de indenizar o particular, tais como a culpa exclusiva da vítima, a culpa de terceiro e o caso fortuito ou a força maior.

c) O Estado será responsabilizado objetivamente por maus tratos de detento, tanto pelos danos materiais quanto pelos danos morais, tendo em vista o seu dever de manter padrões mínimos de humanidade nos presídios.

d) O Estado não será responsável pelo suicídio do preso, uma vez que não é possível ao Ente Público evitar essa conduta do presidiário.

e) Em nenhuma hipótese o Estado poderá ser responsabilizado por atos legislativos.

DIREITO AMBIENTAL

Tiago Leite

16. O artigo 225 da Constituição Federal representa a base normativo-constitucional da tutela do meio ambiente. Quanto a este aspecto, assinale a alternativa correta:

a) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

b) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, apenas pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados

c) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio da União, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

e) Para assegurar a efetividade da proteção ambiental, incumbe ao Poder Público, dentre outras coisas, exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

17. Em relação a estrutura do SISNAMA assinale a alternativa correta.

a) O órgão superior do SISNAMA é o Conselho de Governo.

b) O órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA é o IBAMA.

c) Os órgãos ou entidades estaduais integram o SISNAMA na qualidade de Órgãos Locais.

d) O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade integra o SISNAMA na qualidade de Órgão Central.

e) Os órgãos ou entidades municipais não integram o SISNAMA, haja vista ser suficiente a presença da União e dos Estados e DF.

18. Dentre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, arrolados na Lei nº 6.938/81, não encontramos:

a) O zoneamento ambiental.

b) Os sistemas de logística reversa.

c) O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.

d) A concessão florestal.

e) O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente

19. Em relação ao Código Florestal, assinale a alternativa correta.

a) A reserva legal pode ser encontrada tanto em uma propriedade rural quanto em uma propriedade urbana.

b) São consideradas áreas de preservação permanente as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 200 (duzentos) metros em projeções horizontais.

c) Conforme orientação do Supremo Tribunal Federal, as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, excluídos os intermitentes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros, são consideradas áreas de preservação permanente.

d) As obrigações previstas no Código Florestal possuem natureza de direito pessoal, e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

e) A área mínima de reserva legal, em uma propriedade localizada no Estado do Pará, será de 20% para imóveis situados em área de campos gerais.

20. Sobre a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- b) É circunstância que atenua a pena, dentre outras, a colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.
- c) O STF não admite a aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais.
- d) Nos crimes ambientais previstos na Lei nº 9.605/98, a ação penal pode ser pública incondicionada ou condicionada.
- e) O crime de destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente só é punido na forma dolosa.

DIREITO CIVIL

Lhais Hamid

21. Em relação ao regime jurídico dos bens públicos, julgue os itens a seguir.

I Exceto os bens do domínio nacional pertencentes a pessoas jurídicas de direito público interno, que são públicos, todos os demais bens são particulares.

II O uso dos bens públicos, como estradas e edifícios públicos, pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a que pertencerem.

III Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação.

IV Os bens divisíveis são apenas os que se podem fracionar sem alteração na sua substância.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

22. De acordo com o Código Civil, consiste(m) em objeto de averbação em registro público

- a) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- b) das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal;
- c) os nascimentos, casamentos e óbitos.
- d) os atos judiciais ou extrajudiciais de adoção.
- e) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.

23. Nos termos do código Civil, pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

- a) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;
- b) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de morte;
- c) se alguém, desaparecido em campanha, não for encontrado até três anos após o término da guerra.
- d) se alguém, feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra.
- e) NDA.

24. Conforme os direitos da personalidade, a disposição do próprio corpo é

- a) permitida, se para fins científicos, ainda que implique em diminuição parcial da integridade física.
- b) proibida para fins de transplante, a não ser que seja de órgãos duplos.
- c) permitida, após a morte, para fins científicos e de forma gratuita.
- d) proibida, após a morte, se parcial e com fins altruísticos.
- e) NDA.

25. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

- a) a revogação de lei por lei posterior, quando houver incompatibilidade entre elas, deve ser expressa.
- b) o Direito Brasileiro admite, via de regra, o fenômeno da reprivatização.
- c) a lei, quando não se destinar à vigência temporária, terá vigor até que outra a modifique ou a revogue.
- d) nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.
- e) a lei revogada se restaura na hipótese de a lei revogadora ter sido revogada.

26. Assinale a resposta correta, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- a) pode-se escusar o cumprimento da lei, em caso de desconhecimento.
- b) a lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- c) no Brasil não se admite a reprivatização da lei revogada, por uma questão de segurança jurídica.
- d) a Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- e) na omissão da lei, deve o juiz recorrer à livre discricionariedade.

27. Ana tem dezesseis anos de idade, se casou e se tornou viúva antes de completar dezoito anos de idade. Ana

- a) passará, ao estado de relativamente incapaz, pois ficou viúva
- b) regressará, desde que sentença judicial assim determine, ao estado de incapacidade.
- c) permanecerá capaz para os atos da vida civil.
- d) permanecerá, desde que sentença judicial assim a declare, capaz para os atos da vida civil.
- e) regressará ao estado de absolutamente incapaz.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

28. Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto às partes e a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Pessoas Jurídicas, e de publicado na imprensa local.
- b) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, mesmo não contabilizados, continuando o devedor primitivo subsidiariamente obrigado, pelo prazo de três anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- c) A transferência do estabelecimento importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.
- d) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos dez anos subsequentes à transferência; no caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a proibição persistirá durante o prazo contratual, não podendo ser superior a cinco anos.
- e) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da assinatura do contrato, e, a partir da publicação da transferência, o devedor que pagar ao cedente, mesmo de boa-fé, terá que pagar novamente ao adquirente.

29. Considere que determinada sociedade limitada constituída por três sócios, sendo um deles o sócio administrador, ainda não esteja com seu capital social totalmente integralizado. Nessa situação, a responsabilização

- a) deverá recair primeiramente sobre os sócios que ainda não tiverem integralizado suas quotas de capital social.
- b) dos sócios restringir-se-á aos valores de suas quotas de capital.
- c) dos sócios será subsidiária, devendo o sócio administrador ser responsabilizado em primeiro lugar.
- d) será do sócio administrador, em razão de suas atribuições sociais.
- e) será solidária em face da não integralização total do capital social.

30. Cheque é título de crédito sacado contra instituição financeira e que

- a) para a execução contra o emitente, tem prazo prescricional de 6 meses a contar de sua emissão.
- b) para execução contra o emitente, depende de prévio protesto por falta de pagamento.
- c) depois de prescrito, não pode estribar ação monitoria relativa ao respectivo crédito.
- d) depois de prescrito, pode ser objeto de ação de locupletamento contra o emitente.
- e) pode ter o pagamento pelo banco sacado sujeito a termo, mas não a condição.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriana Fauth

31. A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) A inconstitucionalidade formal orgânica ocorre quando o conteúdo da lei contraria a constituição.
- b) Há a inconstitucionalidade nomoestática quando a lei ou o ato normativo infraconstitucional contiver vício de forma.
- c) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, poderá apreciar a

constitucionalidade das leis e dos atos do poder público, exercendo o chamado controle difuso-incidental de constitucionalidade.

- d) Inconstitucionalidade nomodinâmica decorre da afronta, pela norma infraconstitucional, ao conteúdo da Constituição.
- e) inconstitucionalidade superveniente, regra adotada pelo STF, é o fenômeno jurídico por meio do qual uma norma se torna inconstitucional em momento futuro, depois de sua entrada em vigor, em razão da promulgação de um novo texto constitucional com ela conflitante.

32. A respeito do poder constituinte derivado, e de acordo com o entendimento da doutrina majoritária, assinale a opção correta.

- a) A revogação ou alteração de cláusula pétrea poderá ocorrer através do exercício do poder constituinte derivado reformador.
- b) Embora exista a iniciativa popular para a apresentação de projetos de lei, esta não se aplica às emendas constitucionais.
- c) A revisão constitucional é um procedimento de modificação formal da constituição e poderá ser realizada novamente desde que com autorização do Congresso Nacional.
- d) Uma vez aprovada a proposta de emenda constitucional nas duas casas do Congresso Nacional, deverá ser encaminhada para sanção do Presidente da República.
- e) A CF poderá ser emendada mediante proposta de 1/3 das Assembleias Legislativas dos Estados manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

33. Em relação ao direito fundamentais, assinale a opção correta.

- a) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b) São assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, excetuadas as atividades desportivas.

c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

e) Os sindicatos, quando expressamente autorizados, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

34. A respeito dos direitos fundamentais, assinale o item incorreto.

a) O direito de petição é um remédio administrativo, que pode ter como destinatário qualquer órgão ou autoridade do Poder Público, de qualquer um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou até mesmo do Ministério Público.

b) De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.

c) Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também denominado de princípio da universalidade de jurisdição, não existe no Brasil, como regra geral, a "jurisdição condicionada" ou "instância administrativa de curso forçado".

d) A CF assegura o princípio da irretroatividade da lei ao dispor que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Entretanto, tal dispositivo não impede que o Estado crie leis retroativas, desde que favoráveis aos indivíduos.

e) O princípio do juiz natural impede a criação de juízos de exceção ou "ad hoc", criados de maneira arbitrária, após o acontecimento de um fato.

35. No que se refere à organização político-administrativa do Estado, assinale o item correto.

a) É competência não privativa da União legislar sobre criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.

b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União restringe-se a estabelecer normas específicas.

c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, penal e urbanístico.

d) Compete à União administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, ressalvadas as de seguros e de previdência privada.

e) É vedado, em qualquer hipótese, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.

36. Acerca dos direitos fundamentais e de nacionalidade, assinale a alternativa correta.

Ricardo, filho de pai brasileiro e mãe italiana, nasceu no Chile e foi registrado em repartição brasileira competente. Ao tornar-se maior de idade, passou a cometer crimes variados, dentre eles, tráfico ilícito de entorpecentes. Após ser descoberto pela polícia, ele empreendeu fuga para o Brasil.

a) Caso o governo chileno solicite ao Brasil a extradição de Ricardo, ela não poderá ser negada, visto que o crime de Tráfico ilícito de entorpecentes é hipótese constitucional para a extradição de brasileiros naturalizados.

b) De acordo com o texto constitucional, Ricardo é brasileiro nato, pelo critério jus solis, pois a repartição brasileira em que foi registrado é considerada extensão do território nacional.

c) Caso Ricardo opte por nacionalidade diversa, mesmo que originária, terá sua nacionalidade brasileira cancelada.

- d) Ricardo é brasileiro naturalizado.
- e) Ricardo, por ser brasileiro nato, não poderá ser extraditado para o Chile, caso este a solicite.

37. Referente aos direitos políticos, marque a resposta correta.

- a) O analfabeto detém plenos direitos de participação política.
- b) Aos analfabetos, são assegurados os direitos políticos ativos, mas não os passivos.
- c) Pedro, de 16 (dezesesseis) anos, estará impedido de alistar-se como eleitor e votar, visto que o voto somente é obrigatório depois de atingida a maioridade.
- d) Ao estrangeiro naturalizado brasileiro é vedado o alistamento eleitoral.
- e) Para concorrer a outros cargos o titular de quaisquer mandato eletivo deve renunciar ao seu cargo atual em até 6 meses antes do pleito.

38. A respeito do poder executivo e das competências do Presidente da República, assinale o item incorreto.

- a) Como chefe de Estado, o Presidente da República poderá manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.
- b) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional é uma das atribuições de chefe de Estado.
- c) Cabe ao Presidente da República, como chefe de governo, nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União.
- d) Exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal é função de chefe de Estado.
- e) Prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei, é uma das competências de chefe de governo do Presidente da República.

39. São objetivos explícitos da seguridade social, exceto:

- a) O caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- b) O bem-estar e a justiça sociais.
- c) A uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- d) A diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- e) A equidade na forma de participação no custeio.

40. Em relação à Ordem Social e à Saúde, marque o item correto.

- a) Ressalvados os casos previstos em lei, a Constituição Federal veda a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- b) Conforme prevê a Constituição, a assistência à saúde é vedada à iniciativa privada.
- c) Em caso de necessidade, e para atender o interesse público, os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio, necessariamente, de concurso público de provas e/ou títulos, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
- d) O sistema único de saúde será financiado, exclusivamente, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, tendo como uma de suas diretrizes a centralização, uma vez que a direção será única em cada esfera de governo.

DIREITOS HUMANOS**Ricardo Torques**

41. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países todo ser humano:

- a) vítima de tráfico internacional de pessoas.
- b) vítima de perseguição política apenas.
- c) vítima de perseguição ilegítima.
- d) vítima de submissão a trabalho escravo.
- e) vítima de abuso policial.

42. A internalização ao direito brasileiro de tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos ocorre com o status de:

- a) norma supralegal, mas infraconstitucional, a partir da assinatura do documento.
- b) norma supralegal, mas infraconstitucional, a partir da aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.
- c) emenda constitucional a partir da assinatura do documento.
- d) emenda constitucional a partir da aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- e) emenda constitucional a partir da aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.

43. No julgamento do caso *Gelman vs. Uruguai*, julgamento em 24 de fevereiro de 2011, a Corte Interamericana definiu parâmetros quanto à competência para o exercício do controle de convencionalidade pelos Estados membros. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) o controle de convencionalidade deve ser exercido apenas pelo chefe de estado, já que envolve a interpretação de norma internacional.
- b) o controle de convencionalidade deve ser exercido apenas pelas autoridades definidas pela constituição própria de cada país.
- c) apesar de que seja uma competência, a princípio, exclusiva das autoridades judiciais,

outras autoridades públicas podem exercer o controle de convencionalidade em caso de evidente injustiça.

d) as autoridades judiciais singulares não devem exercer o controle de convencionalidade, devendo-se conferir competência para o controle apenas a órgãos colegiados.

e) o exercício do controle de convencionalidade é função e tarefa de qualquer autoridade pública e não só do Poder Judiciário.

44. O artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Este artigo traz a seguinte característica dos Direitos Humanos:

- a) indivisibilidade.
- b) inerência.
- c) relatividade.
- d) imprescritibilidade.
- e) inalienabilidade.

45. relação à educação e ao que estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Todo ser humano tem direito à instrução, que é gratuita em todos os graus e obrigatória em relação ao grau elementar.
- b) A instrução coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
- c) Os professores têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos alunos.
- d) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento econômico social.
- e) A instrução superior, baseada no mérito, não será acessível a todos.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

46. A respeito da aplicação da pena criminal, considere as seguintes afirmativas e assinale a correta:

- a) uma condenação transitada em julgado de fato posterior ao narrado na denúncia, embora não sirva para fins de reincidência, pode servir para valorar negativamente a personalidade e a conduta social do agente.
- b) folha de antecedentes criminais não é documento hábil e suficiente à comprovação da existência de Maus Antecedentes e reincidência, sendo, pois, necessária a apresentação de certidão cartorária.
- c) Maus Antecedentes são circunstâncias que agravam a pena, analisadas pelo juiz na 2ª fase da dosimetria da pena.
- d) é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.
- e) A reincidência penal pode ser utilizada simultaneamente como circunstância agravante e como circunstância judicial.

47. Analise as assertivas abaixo e assinale a correta:

- a) De acordo com a jurisprudência consolidada do STF e do STJ, não pratica o crime de falsa identidade o agente que, no momento da prisão em flagrante, atribuir para si falsa identidade, visto que essa é uma situação de autodefesa;
- b) O silêncio do réu referente aos fatos pelos quais está sendo acusado, no interrogatório, deve ser interpretado pelo magistrado como confissão ficta;
- c) no interrogatório, o réu pode se recusar a responder perguntas referentes à sua qualificação, pois essa atitude encontra-se fundamentada no princípio da ampla defesa;
- d) A conduta de atribuir-se falsa identidade diante de autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.
- e) O princípio constitucional da autodefesa alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de

ocultar Maus Antecedentes, sendo, portanto, atípica a conduta praticada pelo agente.

48. Analise as assertivas abaixo e assinale a que está de acordo com o Código Penal, legislações extravagantes e Doutrina, em relação à prática de lesão corporal cometida contra agente integrante de órgão da segurança pública:

- a) se a lesão for praticada contra agente integrante de órgão da segurança pública, a pena é aumentada de 1/3 a 2/3, independente do crime estar relacionado com a função pública desempenhada.
- b) se a lesão for praticada contra agente integrante de órgão da segurança pública, a pena é aumentada de 1/3, podendo ser aplicada às lesões corporais dolosas e culposas.
- c) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte, quando praticadas contra agente integrante de órgão da segurança pública, são crimes hediondos.
- d) a causa de aumento aplica-se para a Lesão corporal grave, Lesão corporal gravíssima e Lesão corporal seguida de morte; não se aplicando no caso de Lesão corporal leve.
- e) a causa de aumento aplica-se somente para a Lesão corporal grave e Lesão corporal gravíssima.

49. Analise as assertivas abaixo e assinale a que está de acordo com o Código Penal, legislações extravagantes e Doutrina:

- a) teoria do domínio do fato aplica-se aos crimes culposos e dolosos.
- b) a Teoria Subjetiva/Unitária não distingue autor de partícipe, mas permite a aplicação de graus diversos de autoria. Todos que concorrem para o delito são autores.
- c) O superior hierárquico não pode ser punido com base na teoria do domínio do fato se não tiver sido demonstrado o dolo.
- d) para a Teoria Objetiva/Dualista não há distinção entre autor e partícipe. Autor é todo aquele que de alguma forma coopera para a produção do resultado.

e) a Teoria Extensiva estabelece clara distinção entre autor e partícipe; autor realiza o núcleo do tipo, partícipe concorre.

50. Sobre o crime de aborto, assinale a assertiva correta.

a) O aborto provocado é considerado crime pelo direito brasileiro, não existindo hipóteses de exclusão da ilicitude.

b) por força de interpretação jurisprudencial, realizar aborto de feto anencéfalo não é crime.

c) O aborto provocado será permitido quando for praticado para salvar a vida da gestante ou quando se tratar de gravidez decorrente de estupro.

d) não se caracteriza o crime de aborto provocado por terceiro aquele praticado pelo médico, se a gravidez resulta de estupro, ainda que sem o consentimento da gestante capaz.

e) provocar aborto, sem o consentimento da gestante são duplicadas, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave.

51. Analise as assertivas abaixo e assinale a que está de acordo com o Ordenamento Jurídico Pátrio:

a) Confisco de bens é o ato pelo qual são apreendidos e adjudicados ao Estado. É um ato à título de punição, exclusivamente exarado por sentença judicial.

b) O confisco de bens é aplicável ao caso de aquisição de bens na condição de proveito da atividade delituosa, bem como em razão da utilização desses bens para o cometimento de crimes.

c) todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, desde que fique comprovado habitualidade em sua utilização.

d) no que diz respeito aos bens utilizados para a prática criminosa do tráfico de drogas, somente podem ser expropriados os bens utilizados

exclusiva e reiteradamente para o cometimento da atividade criminosa.

e) o confisco de bens, por se tratar de restrição a direito fundamental, não deve ser aplicado conforme a literalidade do texto disposto na Constituição Federal, sendo autorizado instituir outros pressupostos além dos instituídos pelo art. 243, parágrafo único.

52. Segundo o entendimento dos tribunais superiores, assinale a assertiva correta:

a) O juiz, nos casos de violência no âmbito da relação íntima de afeto, assegurará à mulher em situação de risco, para preservar sua integridade física e psicológica a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até 12 meses.

b) A natureza jurídica do afastamento por até seis meses em razão de violência doméstica e familiar é de suspensão do contrato de trabalho. Devendo a empresa se responsabilizar pelo pagamento dos 30 primeiros dias, ficando o restante do período a cargo do INSS.

c) no caso de mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando for necessário o afastamento do local de trabalho para preservar a sua integridade física e psicológica, o juiz assegurará a manutenção do vínculo trabalhista por prazo indeterminado.

d) quanto à assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, o juiz assegurará à mulher manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local do trabalho, por apenas dois meses.

e) para preservar a integridade física e psicológica da mulher em situação de violência doméstica, o juiz assegurará o acesso prioritário à remoção, quando servidora pública integrante da administração direta ou indireta, ou ainda a manutenção do vínculo trabalhista, por até seis meses, quando necessário o afastamento do local de trabalho.

53. Segundo o entendimento dos tribunais superiores, assinale a assertiva correta:

a) A terceira fase da aplicação da pena constitui na aplicação das causas especiais de aumentos e

diminuições, não sendo permitido ultrapassar o limite mínimo e máximo da pena cominada para o delito.

b) a existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado podem ser considerados como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.

c) A circunstância judicial "conduta social", prevista no art. 59 do Código Penal, representa o comportamento do agente no meio familiar, no ambiente de trabalho e no relacionamento com outros indivíduos. Os antecedentes sociais são circunstâncias distintas, com regramentos próprios.

d) uma vez existente condenação transitada em julgado por fato anterior ao cometimento do delito sub examine, mostra-se incorreta a conclusão pela existência de maus antecedentes.

e) Condenações transitadas em julgado constituem fundamento idôneo para análise desfavorável da personalidade do agente.

54. A respeito do crime de furto, pode-se afirmar que:

a) pratica o crime de estelionato o consumidor que, mediante ligação direta, desvia a energia elétrica provida pela concessionária antes que ela passe pelo registro (medidor) de sua residência.

b) a energia elétrica, assim como qualquer outra coisa corpórea ou incorpórea que tenha valoração econômica pode ser objeto de furto.

c) pratica o delito de furto mediante fraude (artigo 155 §4º, II CP), aquele que adulterar o medidor de consumo de energia elétrica.

d) O furto de energia elétrica é atípico por não incidir em coisa móvel.

e) no crime de furto de energia elétrica o pagamento do débito depois do recebimento da denúncia não configura causa extintiva de punibilidade, mas causa de redução de pena relativa ao arrendimento posterior.

55. Acerca da Lei Nº 9.455/97, que define os crimes de tortura, analise as assertivas a seguir:

a) em qualquer situação o condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

b) O indivíduo, que constrange alguém com emprego de violência, causando-lhe sofrimento físico, em razão de orientação sexual, incorre no crime de tortura.

c) A tortura-castigo exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o passivo.

d) A submissão de pessoa presa a sofrimento físico ou mental por funcionário público que pratique atos não previstos em lei exige o dolo específico.

e) qualquer pessoa pode ser agente ativo do crime de tortura-castigo (art. 1º, II, da Lei nº 9.455/97).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Victor Hugo Borges

56. Sobre a ação penal, é correto afirmar que:

a) A ação pública condicionada exige satisfação da condição de procedibilidade no prazo de oito meses, a contar da data em que o crime ocorre.

b) A ação privada personalíssima pode ser oferecida pelo ofendido, ou em caso de óbito, por seu representante legal.

c) A ação privada subsidiária pressupõe inércia do Ministério Público ou manifestação do órgão pelo arquivamento do inquérito policial.

d) Quando a lei não especifica o tipo de ação penal atinente a determinado crime, está é pública incondicionada.

e) A ação privada é oferecida através de notícia criminis.

57. Analisando os delitos a seguir arrolados, assinale aquele que é de competência da justiça federal.

a) Sonegação de imposto predial territorial urbano.

b) Furto praticado contra juiz federal, em que os autores ingressam clandestinamente na residência do magistrado e de lá subtraem dinheiro.

- c) Falsificação grosseira de papel moeda, em que o objeto material do crime é posteriormente usado na prática de estelionato.
- d) Tráfico intermunicipal de drogas.
- e) Desacato praticado contra oficial de justiça federal, que tentava cumprir mandado judicial no momento da ofensa.

58. O ato de indiciamento em um inquérito policial por crime comum é de atribuição:

- a) De qualquer agente de polícia judiciária, seja civil ou federal.
- b) Do delegado de polícia ou do ministério público.
- c) Exclusiva do delegado de polícia
- d) Do delegado de polícia ou do juiz de direito.
- e) Do delegado de polícia, do juiz de direito ou do ministério público.

59. Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que contempla uma prova colhida de forma ilícita.

- a) Interceptação telefônica judicialmente autorizada em inquérito policial que investiga exclusivamente crime punido com pena de detenção.
- b) Obtenção de imagens do ambiente dos caixas eletrônicos em uma agência bancária, sem autorização judicial.
- c) Apreensão, por policiais que cumprem mandado de busca domiciliar durante o dia, de carta aberta guardada na gaveta do suspeito.
- d) Acesso, sem ordem judicial, a dados cadastrais de assinante, obtidos através de requisição policial direcionada à empresa de TV por assinatura.
- e) Consecução de fotos de um suspeito publicadas, de forma aberta ao público, em uma rede social.

60. Acerca do objeto da prova, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de furto qualificado por arrombamento prescinde de prova pericial para a demonstração desta circunstância.

b) É sempre permitido que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais acerca dos fatos apurados.

c) A medida de busca e apreensão poderá ser realizada a qualquer hora do dia quando houver ordem judicial.

d) No processo penal, os fatos não impugnados pelo réu, ou seja, os fatos incontroversos são considerados verdadeiros.

e) O Brasil adotou o sistema do cross examination no que concerne à oitiva de testemunha.

61. A prisão temporária distingui-se da prisão preventiva porque:

a) Ao contrário da prisão temporária, a prisão preventiva só pode ser decretada durante o inquérito policial.

b) Ao contrário da prisão preventiva, a prisão temporária só pode ser decretada em caso de crime hediondo.

c) Ao contrário da prisão preventiva, a prisão temporária só pode ser decretada por decisão fundamentada.

d) Ao contrário da prisão temporária, a prisão preventiva só pode ser decretada pelo juiz.

e) Ao contrário da prisão temporária, extinta a prisão preventiva, o indiciado só pode ser colocado em liberdade por meio de alvará de soltura.

62. Quanto a prisão em flagrante, na falta ou impedimento do escrivão:

a) Qualquer pessoa lavrará o auto, independentemente de compromisso legal.

b) O acusado será imediatamente liberado.

c) O acusado será liberado após ser interrogado.

d) O próprio condutor lavrará o auto, mesmo antes de prestar o compromisso legal.

e) Qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.

63. Quanto ao inquérito policial e às provas no âmbito do processo penal, assinale a opção correta.

- a) As provas consideradas ilícitas são inadmissíveis no processo penal, mas é defensável pela legislação a produção de provas derivadas das ilícitas.
- b) Em regra, se o indiciado estiver preso, o prazo de encerramento do inquérito policial será de 15 dias, prorrogável por igual período, se ele estiver em liberdade será de 30 dias.
- c) O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado.
- d) Será indispensável o exame de corpo de delito quando a infração penal deixar vestígios, podendo a ausência desse exame ser suprida pela confissão do acusado.
- e) O inquérito policial, relacionado a crime contra a economia popular, deverá ser encerrado em até 15 dias se o indiciado estiver solto.

64. No que se refere às prisões, assinale a opção correta.

- a) Após a efetivação da prisão em flagrante, em até 48 horas será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa com o motivo da prisão.
- b) A prisão temporária será decretada durante o inquérito policial e após o início da ação penal, ainda que seja prescindível para as investigações.
- c) Decretada a prisão preventiva, deverá o réu permanecer preso durante todo o processo.
- d) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- e) O despacho que decreta a prisão preventiva deve ser sempre fundamentado, porém, o que a nega prescinde de fundamentação.

65. Sobre o prazo e sua contagem no processo penal, é correto afirmar, conforme o Código de Processo Penal:

- a) Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial terá início no sábado imediato.

- b) O prazo que terminar no domingo ou dia de feriado considerar-se-á prorrogado até o dia útil imediato.
- c) Os prazos são contínuos e peremptórios, só se interrompendo por férias, domingo ou feriado.
- d) Se computará no prazo do dia do começo, incluindo-se, também, o dia do vencimento.
- e) Se computará o dia do início, sendo útil ou feriado.

MEDICINA LEGAL

Alexandre Herculano

66. A eletricidade natural ou cósmica pode atuar como energia danificadora. Sobre o assunto marque a opção INCORRETA.

- a) A eletricidade natural, quando agindo letalmente sobre o homem, denomina-se fulminação e, quando apenas provoca lesões corporais, chama-se fulguração.
- b) Os fatores que determinam a natureza, a intensidade e a gravidade das lesões são os seguintes: corrente contínua da eletricidade atmosférica; resistência de corpo atingido; tensão elétrica (voltagem); intensidade da corrente; duração do contato da vítima com a corrente; trajeto da corrente através do corpo da vítima.
- c) O diagnóstico das lesões é dado pelos comemorativos orientados pelas tempestades e descargas elétricas, provenientes dos choques de nuvens, e pelo exame das próprias lesões.
- d) As lesões externas, causadas na pele, tomam aspecto arboriforme e tonalidade arroxeadas, denominadas sinal de Lichtenberg.
- e) As lesões superficiais dessa forma de eletricidade alteram-se de acordo com a corrente de alta ou baixa tensão

67. Sobre instrumentos cortocutundentes marque a opção INCORRETA.

- a) Os ferimentos produzidos por instrumentos que, mesmo sendo portadores de gume, são influenciados pela ação contundente, quer pelo

seu próprio peso, quer pela força ativa de quem os maneja.

b) O diagnóstico é feito através do estudo cuidadoso das bordas da ferida, sua profundidade, comprometimento com os órgãos mais internos, entre eles os ossos, fazendo-se assim a distinção entre esses instrumentos e os cortantes propriamente ditos.

c) As lesões verificadas por essa forma de energia são chamadas cortocontusas.

d) Entre esses instrumentos e os cortantes propriamente ditos. Pode-se incluir dentro do conjunto destas lesões um quadro representado pela redução do corpo a fragmentos diversos e irregulares, mais comuns nas mortes por acidentes ferroviários, denominado esgorjamento.

e) A tesoura, quando utilizada de forma convencional, é um instrumento de ação cortocontundente.

68. Sobre a ação da eletricidade natural, marque a opção INCORRETA.

a) As lesões produzidas pelo raio têm variações as mais distintas, que vão desde as figuras arborescentes até as queimaduras mais ou menos profundas, semelhantes àquelas produzidas por eletricidade artificial.

b) Os que vêm a sobreviver após a ação dessa forma de eletricidade podem apresentar surdez, quase sempre bilateral, devido ao deslocamento de ar produzido pelo raio rompendo violentamente a membrana do tímpano.

c) A necropsia revela sempre sinais de asfixia, a não ser que a vítima, arremessada a grande distância, venha a morrer por traumatismo indireto.

d) Podem também apresentar sérias lesões do aparelho visual.

e) Podem produzir marcas queraunográficas.

69. Sobre a ação do frio marque a opção INCORRETA.

a) O frio pode atuar de maneira individual ou coletiva, e sua natureza jurídica ocorre no

crime, no suicídio e, mais habitualmente, no acidente.

b) Na ação generalizada do frio, existe uma lesão típica.

c) O diagnóstico de morte pela ação do frio é difícil.

d) A ação geral do frio leva à alteração do sistema nervoso, sonolência, convulsões, delírios, perturbações dos movimentos, anestésias, congestão ou isquemia das vísceras, podendo advir a morte quando tais alterações assumem maior gravidade.

e) O diagnóstico de morte pela ação do frio faz-se pela análise tegumentar.

70. Sobre a classificação do veneno, marque a opção INCORRETA.

a) quanto ao estado físico: líquidos, sólidos e gasosos

b) quanto à espécie: vegetal, mineral, artificial, etc.

c) quanto às funções químicas: óxidos, ácidos, etc.

d) quanto ao uso: doméstico, agrícola, industrial, medicinal, etc.

e) quanto à origem: sintético, mineral, etc.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Fernando Bezerra

71. À luz do direito brasileiro, assinale a alternativa correta no tocante aos crimes hediondos:

a) Somente serão assim considerados na modalidade consumada;

b) Não estão sujeitos à prescrição;

c) Crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima não é considerado como crime hediondo, independente da condição eventual da vítima;

d) Os institutos da graça e da anistia são expressamente vedados;

e) Deve-se cumprir a pena em regime inicial fechado.

72. De acordo com a Lei n. 11.343/2006, em relação ao comportamento previsto no art. 28, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de descumprimento injustificado, prevê a conversão da pena de prestação de serviços à comunidade em pena de detenção;
- b) Teve a conduta descriminalizada;
- c) O crime continua previsto, apesar da punição ter sido atenuada;
- d) Houve abolitio criminis;
- e) A pena deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, devido ao agravamento da punição da conduta.

73. Acerca da Lei n. 13.869/19 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa correspondente à verdadeira.

- a) Existem tipos penais culposos na lei de abuso de autoridade.
- b) Os tipos penais de abuso de autoridade são configurados pela prática da conduta descrita na norma legal sem a necessidade de qualquer finalidade especial de agir.
- c) O crime de abuso de autoridade pode se configurar caso ocorra retificação por instância revisora de posicionamento adotado por órgão jurisdicional inferior.
- d) O sujeito passivo dos crimes de abuso de autoridade restringe-se apenas ao Estado, não acolhendo o cidadão.
- e) O bem jurídico tutelado pelas figuras típicas de abuso de autoridade manifestam dupla abrangência, pois ao mesmo tempo protegem as garantias e direitos dos cidadãos e a própria regularidade da prestação dos serviços públicos.

74. Em relação a identificação criminal regulada pela Lei 12.037/09, julgue os itens abaixo.

() O civilmente identificado nunca será submetido a identificação criminal.

() A identificação civil é atestada por qualquer dos documentos previstos no art. 2º, exceto a carteira de trabalho.

() Os documentos de identificação civil equiparam-se aos documentos de identificação militar.

Assinale a sequência correta.

- a) F, V, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, F.
- d) V, F, V.
- e) F, F, F.

75. Em relação a Lei de Tortura (Lei 9.455/97), analise as afirmativas a seguir.

1. Todas as modalidades do crime de tortura exigem finalidade especial de agir.
2. A tortura-prova exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o sujeito passivo.
3. É majorante do crime de tortura ser praticado mediante sequestro, apresentando aumento a pena de 1/6 (um sexto) até 1/3 (um terço).
4. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia e imprescritível.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as alternativas 1 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente a alternativa 3 é verdadeira.
- d) Somente as alternativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Todas as alternativas são verdadeiras.

76. De acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.613/1998, conhecida como Lei de Lavagem de Dinheiro, assinale a alternativa correta.

- a) O processo e julgamento dos crimes previstos na Lei de Lavagem de Dinheiro são da competência da Justiça Federal.
- b) O processo e o julgamento do delito de lavagem de dinheiro ficarão suspensos até que a infração antecedente seja julgada definitivamente.
- c) Para que o crime de lavagem de dinheiro se configure, são necessários apenas indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, não sendo exigida a demonstração da sua autoria.
- d) Segundo os tribunais superiores, a ação penal pelo crime de lavagem de dinheiro deve vir instruída com a certidão do trânsito em julgado do processo que apura a infração penal antecedente;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

77. Acerca do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003), assinale a alternativa correta:

- a) A conduta de disparo de arma de fogo é classificada como crime de perigo abstrato, pode ser praticado por qualquer pessoa e admite a suspensão condicional do processo;
- b) Portar arma de fogo de uso permitido ou proibido significa comportamento tipificado nesta lei, entretanto se o objeto da conduta for acessório ou munição não será punível;
- c) A ressalva que veda o arbitramento de fiança para a conduta de disparo de arma de fogo foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, de modo que a norma, ainda presente no texto legal não é mais válida;
- d) O manejo de simulacro de arma de fogo constitui fato com densidade típica a ensejar responsabilidade penal;
- e) Por se tratar de crime de perigo concreto, a conduta de disparo de arma de fogo exige demonstração de exposição à risco de pessoa determinada.

78. Acerca das mudanças advindas do “pacote anticrime” e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta quanto aos crimes hediondos.

I. A concessão dos institutos da graça e do indulto possuem vedação legal expressa.

II. O condenado em crime hediondo obrigatoriamente cumprirá a pena em regime inicial fechado, progredindo de regime após cumprimento de 40% da pena, se primário, e 60% da pena, se reincidente.

III. O Juiz ao impor o regime inicial de cumprimento da pena nos delitos hediondos e equiparados deverá analisar o caso, podendo fixar ao réu somente o regime fechado ou semiaberto, desde que fundamente a sua decisão.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) I.
- e) II.

79. Em relação a Lei n. 9.613/98, conhecida como Lei de Lavagem de Dinheiro, julgue os itens abaixo.

1. A configuração do crime de lavagem de dinheiro prescinde da indicação da autoria do delito antecedente;
2. O próprio crime de lavagem pode figurar como infração penal antecedente, mas será essencial neste caso que restem revelados indícios suficientes da perpetração de alguma outra infração penal diversa da qual tenha derivado a primeira conduta de dissimulação da origem ilícita de recursos;
3. Segundo o STJ, a denúncia do crime de lavagem de dinheiro pode vir desacompanhada de prova efetiva do delito antecedente desde que traga elementos indiciários suficientes de probabilidade da ocorrência de infração penal da qual decorreram os recursos objeto das ações de dissimulação;

Assinale a sequência correta.

- a) V, V, V.
- b) V, F, V.
- c) F, V, F.

d) F, F, F.

e) V, V, F.

80. De acordo com as disposições legais vigentes e a jurisprudência dos tribunais superiores, indique a alternativa correta quanto as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha.

a) O art. 24-A da Lei 11340/06 introduz tipo penal especial com o fim de coibir a recalcitrância do agressor em adimplir com as obrigações impostas pelo juiz no âmbito da tutela da mulher contra violência doméstica e familiar, apresentando como bem jurídico protegido a própria integridade e segurança da ofendida;

b) Segundo o posicionamento do STJ, o descumprimento de medidas protetivas de urgência não se amolda à hipótese típica do crime de desobediência previsto no Código Penal;

c) O ordenamento jurídico pátrio não tem previsão de tipificação penal autônoma para a conduta de descumprir medidas protetivas de urgência, bastando apenas as sanções processuais já estabelecidas tais como

decretação da prisão preventiva e reforço das medidas protetivas de urgência;

d) O cabimento da prisão em flagrante em decorrência do descumprimento de medidas protetivas de urgência incide desde a decretação das referidas medidas;

e) A configuração da elementar do descumprimento de decisão judicial prevista no tipo penal do art. 24-A da Lei 11343/06 prescinde de citação do agressor.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PCPA-Delegado-21-06>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

